

Causa Galiza chama a participar na marcha popular para a saída de ENCE de Louriçám

CAUSA GALIZA :: 16/06/2019

Para exigir la salida de la ría de Pontevedra de la empresa Energía y Celulosa que, que ocupa dominio público gracias a una concesión del franquismo

Causa Galiza chama à população galega em geral e à militância independentista em particular a participar neste domingo na marcha que anualmente convoca a **APDR (Associação pola Defensa da Ria de Ponte Vedra)** para exigir a desmantelamento da fábrica de *Energía y Celulosa* que, desde 1958, ocupa domínio público marítimo-terrestre em Louriçám graças à concessão da ditadura franquista. Causa Galiza participará com um cortejo próprio na mobilização.

Eucaliptização generalizada da Galiza, sobardando largamente as previsões do *Plan Forestal de Galicia* de 1992, com a sequência de **incêndios e desertização**, e **contaminação e redução da capacidade produtiva da Ria de Ponte Vedra**, som as consequências imediatas e visíveis dum projeto industrial franquista que, como a *Autopista del Atlántico*, conta com o apoio submisso dos sucessivos Governos espanhóis do regime constitucional de 1978.

Agora, após um Governo espanhol presidido por Mariano Rajoy prorrogar a permanência de ENCE na Ria até 2073, e um outro Governo espanhol —presidido por Pedro Sánchez— desistir de defender essa prórroga, a bola está no telhado da *Audiencia Nacional*. A pressão popular é agora fulcral para lograr, após décadas de luta, a retirada de ENCE de Louriçám e do País, a recuperação progressiva da Ria e o redirecionamento da política florestal e agrária.

Independência, também aqui

O que é um estendido sentir popular da comarca de Ponte Vedra e dos sectores populares galegos conscientizados sobre o que implica ENCE para a Galiza encontra-se hoje a expensas de decisões políticas do Governo espanhol e dum tribunal de exceção como a *Audiencia Nacional*. A **expropriação da capacidade de decisão política do nosso povo** é, de novo, o pano de fundo dumha problemática transcendental.

Obviamente, estas decisões som condicionáveis, mas é de destacar aqui como **o quadro jurídico-político de 1978 reservou a definição das linhas gerais da política industrial ao Reino de Espanha**, sequestrando a capacidade de decisão do povo galego com resultados visíveis (Alcoa, Ferroatlántica, Poligal, estaleiros, leite, gado, etc.). O diagnóstico sugere de imediato a direção independentista à que devemos encaminhar os passos futuros: a construção dum Estado galego que gira território, recursos e condições de vida ao serviço da maioria social.

<https://galiza.lahaine.org/causa-galiza-chama-a-participar>